

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE E LAZER

Prof. Dr. Ivan Furegato Moraes

AULA 11 - SÚMARIO

■ Tópicos:

- ✓ Histórico das política públicas esportivas no Brasil;
- ✓ Financiamento das políticas públicas esportivas.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- Até a década de 1980 o esporte foi alvo de esporádicas e limitadas políticas públicas;

- Podemos observar dois grandes focos:

- ✓ Regulamentação e implementação da Educação Física escolar, a qual teve diferentes finalidades;
- ✓ A intervenção e o controle do esporte pelo CND, principalmente o de alto rendimento: **futebol!**
As outras manifestações e modalidades esportivas eram normalmente relegadas ao segundo plano, sem ações para seu desenvolvimento concreto.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- Com a redemocratização e a Constituição de 1988, o esporte passou a ser um direito da população, devendo o Estado implementar políticas públicas para garantir esse direito;
 - Contudo, após 1988 inicia-se um longo período de busca pela consolidação de uma legislação regulatória específica;
 - **A falta de legislação específica e de órgãos federais voltados especificamente para o esporte limitava o desenvolvimento de políticas e programas amplos;**
- A adoção de uma tendência econômica neoliberal em grande parte da década de 1990 fez com que as ações para o esporte ficassem a cargo principalmente do mercado, limitando as políticas públicas;
 - Somente em 2003 é que o esporte ganhou espaço no governo federal, em muito pela criação do Ministério do Esporte, responsável por propor e implementar políticas públicas esportivas.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- Uma forma de identificarmos e analisarmos as políticas públicas é por meio dos Planos Plurianuais (PPA);
- O PPA é o planejamento estratégico do governo federal, expondo todos os programas a serem executados no período de quatro anos;
- Cada PPA tem início no segundo ano de um mandato e dura até o primeiro ano do mandato seguinte;

PPA 1991-1995:

- São citados três programas:
 - ✓ Desenvolvimento do esporte amador e promoção de eventos competitivos;
 - ✓ Disseminação e intersetorialização do esporte de massa;
 - ✓ Apoio ao paraesporte.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 1996-1999:

- Indicava três programas esportivos:
 - ✓ Projeto Esporte Educacional na Escola;
 - ✓ Projeto Esporte Solidário;
 - ✓ Programa Desenvolvimento e Difusão Científica e Tecnológica do Desporto.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- PPA 2000-2003:

- Indicava quatro grandes programas em adição ou substituição aos já existentes:

- ✓ Brasil Potência Esportiva;

- ✓ Esporte Direito de Todos;

- ✓ Esporte Solidário;

- ✓ Gestão das políticas do Esporte e Turismo.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 2004-2007:

- Grande aumento no número de programas:
 - ✓ Brasil no Esporte de Alto Rendimento;
 - ✓ Programa Esporte e Lazer da Cidade;
- ✓ Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural;
- ✓ Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer;
- ✓ Inserção Social pela Produção de Material Esportivo;
 - ✓ Rumo ao Pan 2007;
 - ✓ Segundo Tempo.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- Nesse período surgem políticas públicas determinados por leis específicas,
como o Bolsa Atleta e a Lei de Incentivo ao Esporte;

- Em 2004 foi realizada a I Conferência Nacional do Esporte:

Sua finalidade central é democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e os Planos Nacionais subsequentes, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira e avançar na criação de mecanismos de controle e investimentos realmente eficazes.

- O foco é a construção da Política Nacional do Esporte e a Lei de Incentivo ao Esporte;
- Em 2006 ocorre a II Conferência Nacional do Esporte;
- O foco são os temas relacionadas à estruturação do Sistema Nacional do Esporte.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 2008-2011:

- **Segundo Plano Plurianual construído pelo governo Lula com os seguintes programas:**

- ✓ Brasil no Esporte de Alto Rendimento - Brasil Campeão;

- ✓ Programa Esporte e Lazer da Cidade;

- ✓ Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer;

- ✓ Inclusão Social pelo Esporte;

- ✓ Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo.

- **Não há programas novos e programas específicos para a Copa de 2014 ou para as Olimpíadas de 2016: a escolha do Brasil como sede de ambos ocorreu após o PPA.**

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- Em 2010 ocorreu a III Conferência Nacional do Esporte;
- O objetivo era a criação do plano decenal do esporte brasileiro para:

Estabelecer ações e metas exequíveis que no intervalo de dez anos devem colocar o país entre as dez maiores potências esportivas.

- Há uma significativa mudança: toda a conferência e parte das suas deliberações focam nas transformações necessárias para o Brasil sediar os dois megaeventos e para tentar transformar o país em uma potência Olímpica;

- Assim, se na I e II Conferências houve progressão na discussão sobre o esporte como direito social na III fica clara a mudança de rota da agenda governamental:

Um redirecionamento relacionado diretamente com o novo contexto vivido pelo país, considerando as conquistas do governo brasileiro por sediar megaeventos esportivos, associados ao debate sobre a construção de uma potência esportiva e do uso do esporte como emulador de desenvolvimento econômico do país.

A decisão estratégica do Governo Federal de realizar grandes eventos esportivos promoveram uma drástica mudança nos objetivos e, portanto, nos rumos da formulação, implantação e desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer no país.

Neste contexto, infelizmente, percebe-se o não tratamento ou abandono pelo governo de grande maioria das deliberações das resoluções provenientes das edições anteriores das conferências nacionais.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 2012-2015:

- É citado apenas um grande programa que engloba os demais por meio de quatro objetivos:

Esporte e Grandes Eventos Esportivos.

- **Objetivos:**

- ✓ Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida;
- ✓ Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica;

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- ✓ *Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados;*
- ✓ *Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.*
- **O esporte é citados também em diversas outras áreas: juventude, cultura, educação, forças armadas, ações para mulheres, pessoas com deficiências e reforma agrária.**

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 2016-2019:

- Novamente é citado apenas um programa formado por quatro objetivos:

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento.

▪ **Objetivos:**

- ✓ Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor;
 - ✓ Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais;
 - ✓ Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas;
 - ✓ Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.
- O esporte novamente é citado em diversas áreas: ações para mulheres, forças armadas, direitos humanos e reforma agrária.

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

PPA 2020-2023:

- Cita um programa relacionado ao esporte com um amplo objetivo e meta:

Programa 5026 – Esporte

Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas.

Meta: Aumentar em 20,60% o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte.

- Para efetivar o objetivo e a meta foram propostas 8 ações:

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS ESPORTIVAS

- ✓ Ações de **paradesporto** fomentadas;
- ✓ Ampliação do apoio a **núcleos de formação em futebol, torneios de futebol** e eventos de capacitação profissional;
 - ✓ Ampliação do número de atletas atendidos pelo programa **Bolsa Atleta**;
- ✓ Ampliação e qualificação do acesso ao **esporte amador, educacional, recreativo e ao lazer** para todas as idades;
 - ✓ Ampliação do quantitativo de testes de **controle de dopagem** em competição e fora de competição;
 - ✓ Ampliar oferta de **infraestrutura esportiva** por meio da implantação de Estações Cidadania – Esporte;
 - ✓ Implantação e modernização de **infraestrutura para esporte amador, educacional, recreativo e lazer**;
 - ✓ Aquisição de **equipamentos para esporte** amador, educacional, recreativo e lazer, de esporte.
- O esporte também era citado em ações de cidadania e em ações do Ministério da Defesa.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A questão do financiamento público do esporte é tratada desde a Lei de 1941, sendo atualmente alvo de diferentes legislações:

- ✓ Decreto-Lei n.º 594/1969 (Loteria Esportiva Federal);
- ✓ Lei n.º 9.615/1998 (Lei Pelé);
- ✓ Lei n.º 9.981/2000 (Lei Maguito);
- ✓ Lei n.º 10.264/2001 (Lei Agnelo-Piva);
- ✓ Lei n.º 10.451/2002;
- ✓ Lei n.º 11.345/2006 (Timemania);
- ✓ Lei n.º 11.438/2006 (Lei de Incentivo ao Esporte);
- ✓ Lei n.º 12.035/2009 (Ato Olímpico);
- ✓ Lei n.º 12.663/2012 (Lei Geral da Copa);
- ✓ Lei n.º 13.155/2015 (Responsabilidade Fiscal do Esporte);
- ✓ Lei n.º 14.193/2021 (SAF);
- ✓ Lei n.º 13.756/2018 (Loterias e Bets);
- ✓ Lei n.º 14.597/2023 (LGE).

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A LGE, no Capítulo III, trata do financiamento público do esporte:

Art. 39. O poder público fomentará a prática esportiva, com a destinação de recursos que possibilitem sua universalização, e sempre priorizará o esporte educacional.

*Art. 40. O fomento das atividades esportivas no Sinesp deverá ser efetuado mediante cofinanciamento das 3 (três) esferas de governo, **por meio dos fundos de esporte**.*

- Fundo público: instrumento que capta recursos para a realização de políticas, projetos e ações públicas.

Art. 41. O Sinesp contará, em cada esfera de governo, com um fundo de esporte, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar recursos e de fomentar as atividades esportivas.

Parágrafo único. O fundo de esporte de cada ente federado será gerido pelo órgão da administração pública responsável pelas políticas de fomento às atividades esportivas, sob orientação e controle do respectivo conselho de esporte.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A LGE, no Art. 47, criou o **Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte)** para financiar políticas e projetos esportivos;
 - O Fundesporte será formado pelas seguintes receitas:
 - ✓ Recursos do Tesouro Nacional, como do orçamento anual e de emendas parlamentares;
 - ✓ Doações, legados e patrocínios;
 - ✓ Subvenções e auxílios diversos, inclusive internacionais;
 - ✓ Receitas das diferentes loterias;
 - ✓ Recursos do reembolso de empréstimos, saldos não utilizados, aplicações financeiras e de dívidas;
 - ✓ Outras fontes.
 - **Dos recursos das loterias, 1/3 deve ir para Estados e DF, de forma proporcional ao volume de apostas, com prioridade para o esporte educacional, e 50% investido em projetos de municípios.**

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A LGE prevê o uso dos recursos públicos por organizações esportivas privadas, principalmente os recursos das loterias (Arts. 33-37);

Art. 34. As organizações esportivas que receberem recursos oriundos da exploração de concursos de prognósticos, sorteios e loterias administrarão esses recursos em consonância com os princípios gerais da administração pública, podendo empregá-los diretamente ou de forma descentralizada por meio das organizações que compõem seus respectivos subsistemas, e serão fiscalizadas, nessa atividade, pelo Tribunal de Contas da União.

- Para poder utilizar os recursos, as organizações esportivas privadas devem cumprir 12 exigências legais relacionadas à gestão, governança, transparência e democracia;
- O controle é realizado pelo Ministério do Esporte, que certifica as organizações aptas a receberem os recursos públicos;
- As determinações não valem para SAFs.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

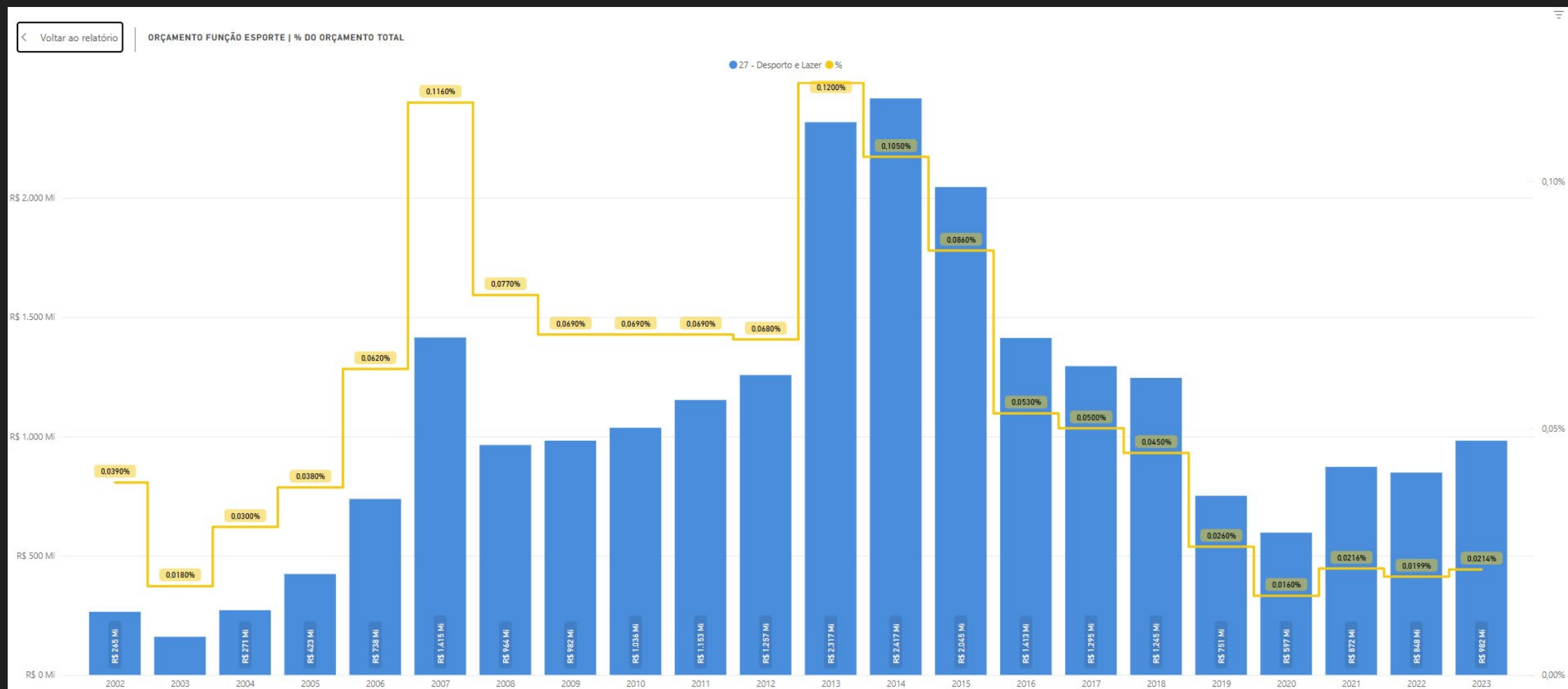
- Importante destacar que a criação do Ministério do Esporte possibilitou que o esporte tivesse mais peso na disputa pelos recursos orçamentários, uma vez que a definição do orçamento federal é envolta por correlações de forças e interesses para definir o que será priorizado;

■ COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO FEDERAL?

- A realização do orçamento depende de três leis que orientam o planejamento e a execução das políticas públicas:
 - ✓ **Plano Plurianual (PPA):** planejamento estratégico do governo com todos os programas a serem executados;
 - ✓ **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO):** planejamento tático, com vigência anual, que indica as bases do orçamento. Deve ser elaborado antes do orçamento, respeitando as diretrizes do PPA;
 - ✓ **Lei Orçamentária Anual (LOA):** é o planejamento operacional, o orçamento. É uma lei periódica, válida apenas para um exercício financeiro (um ano).

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- De 2002 a 2023 foram destinados ao Ministério do Esporte 23,447 bilhões de reais:



FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Esses recursos foram distribuídos da seguinte forma:

- ✓ 55,16%: esporte participativo;

- ✓ 36,97%: esporte de rendimento;

- ✓ 6,02%: manutenção do ME;

- ✓ 1,80% outras funções;

- ✓ 0,05%: lazer.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- No Brasil existem seis tipos de loterias, 5 controladas pela Caixa Econômica Federal:

- ✓ Passiva (bilhete já numerado): Loteria Federal;

- ✓ Loterias de prognósticos numéricos (prever os números):
Quina, Mega-Sena, Lotomania, Dupla Sena, Lotofácil, Dia de Sorte, Super Sete e +Milionária;

- ✓ Loteria de prognóstico específico (prever o time): Timemania;

- ✓ Loterias de prognósticos esportivos (acertar os resultados): Loteca e Lotogol;

- ✓ Loteria Instantânea Exclusiva (resultados imediato): Lotex;

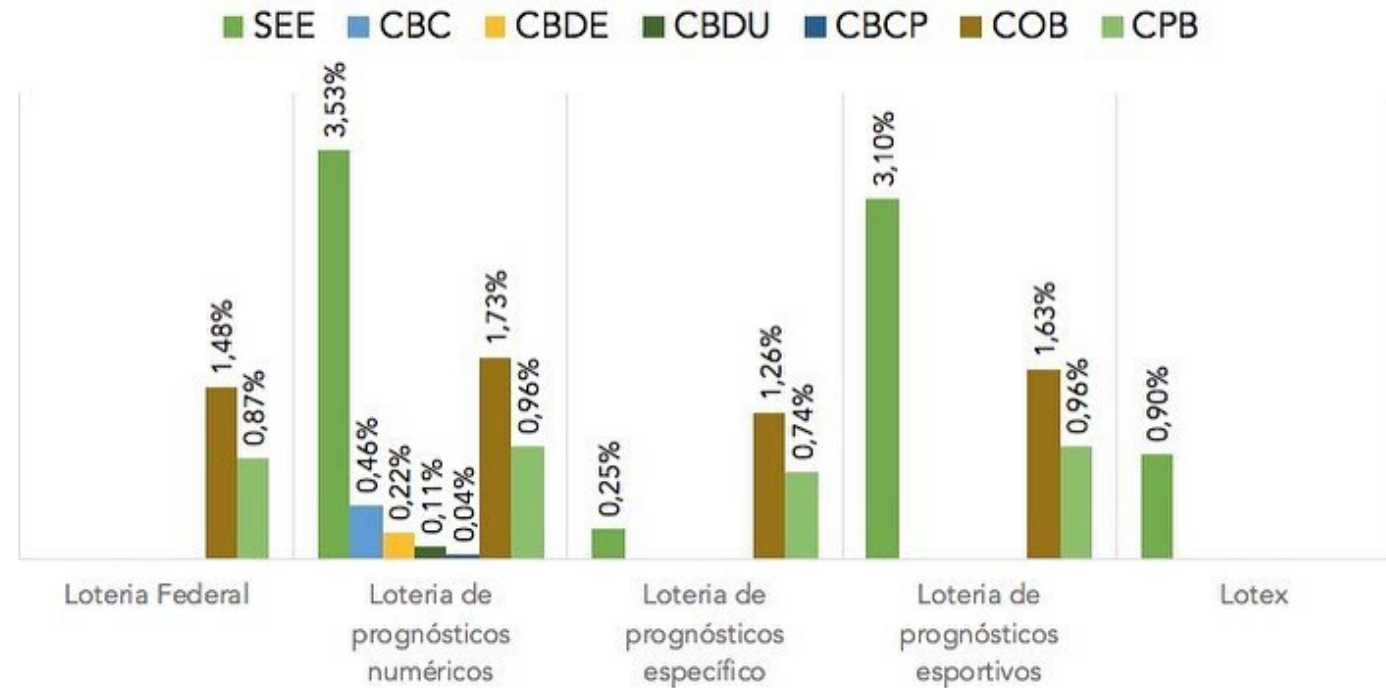
- ✓ Quota fixa: apostas em eventos reais ou virtuais com a definição inicial de quanto ganhará se acertar – Bets!

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Você sabia que parte da sua aposta vai para o Esporte?

São cinco das modalidades lotéricas e cada uma delas com um percentual diferente para o **Esporte**:



Clubes de futebol e outras entidades (como a Fenacclubes e as Secretarias Municipais e Estaduais de Esporte) também são beneficiadas na distribuição da arrecadação.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Os recursos das loterias de quota fixa (bets) são divididos da seguinte forma:

- ✓ 88% prêmios e despesas do operador;

- ✓ 12% para o governo, sendo destes:

- 36% esporte (22,2% ME / 7,30% entidades do Sinesp e atletas / 0,7% estados e DF / 2,2% COB / 1,3% CPB / 0,7% CBC / 0,5% CBDE / 0,5% CBDU / 0,3% CBCP / 0,3% CBEM);

- 28% turismo (22,40% Ministério Turismo / 5,6% Embratur);

- 13,60% segurança pública (12,60% FNSP e 1% controle fronteiras);

- 10% educação (6,5% para escolas de educação básica e 3,5% de ensino médio);

- 10% seguridade social (INSS);

- 1% Ministério Saúde (ações contra vício);

- 0,50% entidades de saúde (0,2% Apaes / 0,2% Pestalozzi / 0,1% Cruz Vermelha);

- 0,50% aparelhamento e operações da Polícia Federal;

- 0,40% Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

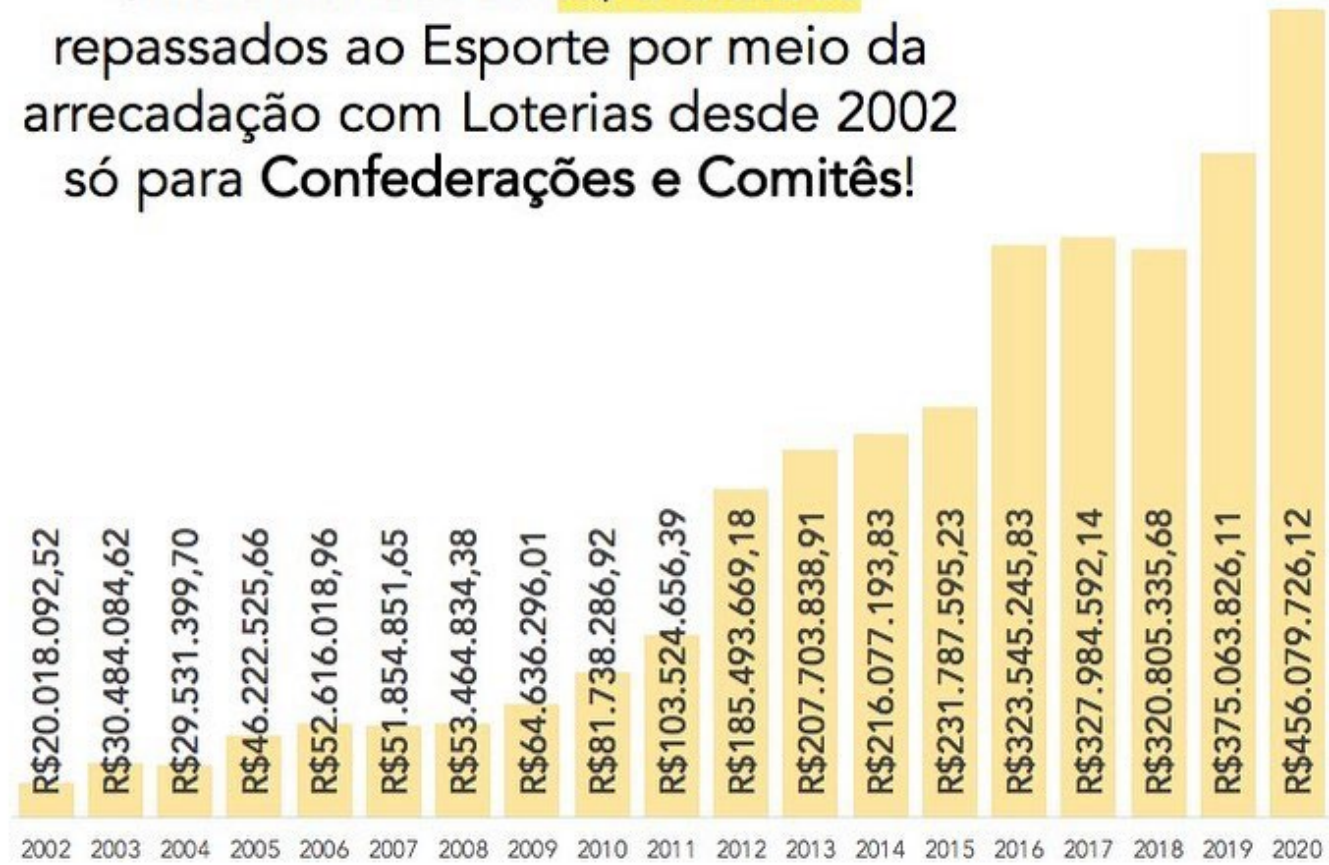
- As entidades de administração do esporte (COB, CPB, etc.) receberam entre 2002 e 2020

3,179 bilhões de reais das loterias:



Seu sonho também é ganhar na Loteria?

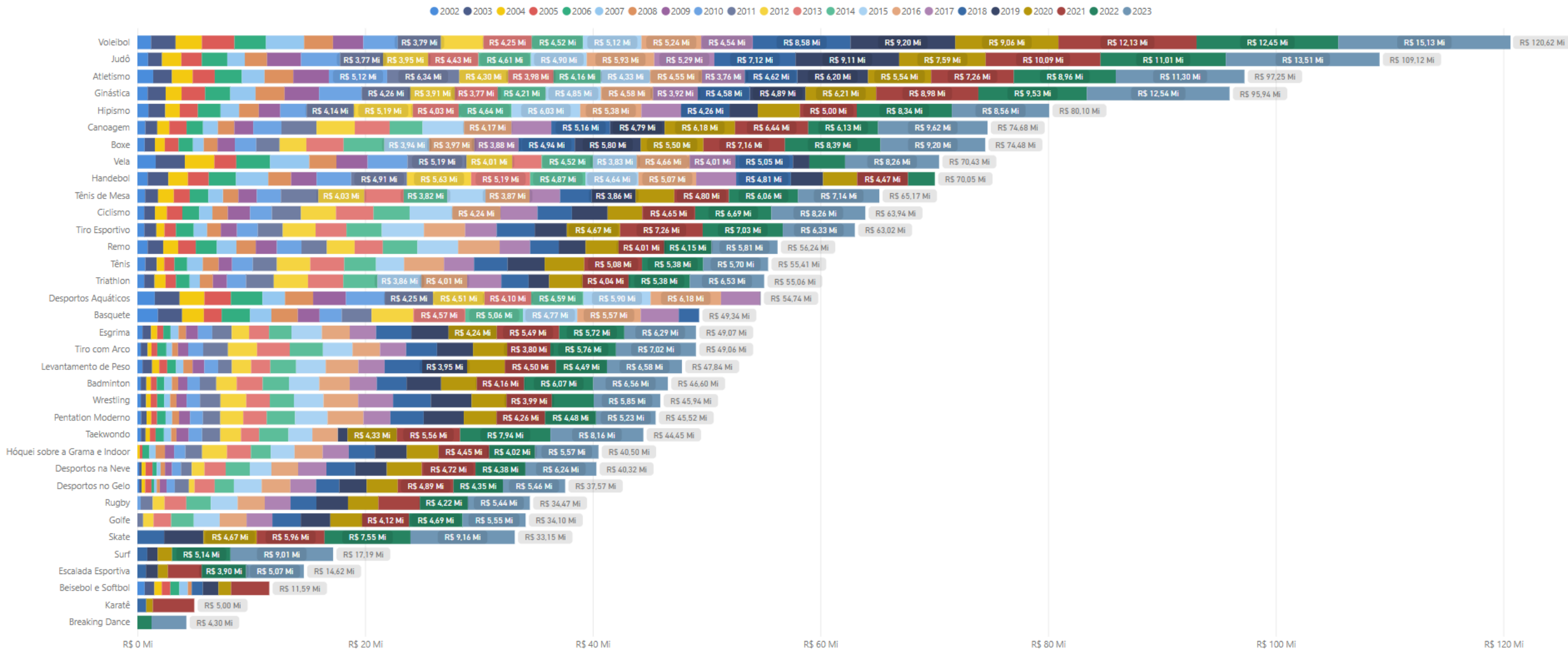
Já foram mais de R\$ 3 bilhões repassados ao Esporte por meio da arrecadação com Loterias desde 2002 só para Confederações e Comitês!



Arrasta para o lado para saber mais! ▶▶▶

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

[< Voltar ao relatório](#)

VALOR EMPENHADO POR TIPO DE DESTINAÇÃO

FINANCIAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- Outra forma de financiamento federal do esporte muito relevante é por meio da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE);
 - A LIE prevê a renúncia fiscal, ou seja, o governo federal abre mão de parte do que deveria receber de Imposto de Renda, destinando esse recurso para o esporte;
 - Criada em 2006 pela Lei nº 11.438, e renovada desde então, a LIE possibilita a doação de:
 - ✓ **Empresas tributadas com base no lucro real:** até 2% do IR devido;
 - ✓ **Pessoas físicas:** até 7% do IR (declaração completa).
 - Os recursos são destinados ao esporte educacional, de participação ou de rendimento, sendo que nesse caso o recurso deve ser voltado para a formação de atletas.
- **IMPORTANTE: COM O AJUSTE FISCAL, A LIE, QUE É UM TIPO DE ISENÇÃO FISCAL, PODE ACABAR EM BREVE!!!**

TRABALHO 2

- Entregar via Moodle até às 23h59 de hoje: atraso gerará perda de 0,5 ponto por semana;
- OBSERVAÇÃO: NÃO COPIAR O TRABALHO DOS COLEGAS - TODOS FICARÃO SEM NOTA!

ENCERRAMENTO

■ CHAMADA!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. C.; PAULA, S. L. Política de esporte e lazer: a elaboração de um instrumento de avaliação. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 8, n. 2, p. 249-266, 2015.
- ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6 n. 1, 2007.
- BÖHME, M. T. S.; BASTOS, F. C. (Org.). **Esporte de alto rendimento: fatores críticos, gestão e identificação de talentos**. São Paulo: Phorte Editora, 2016.
- CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer. **Motrivivência**, v. 31, n. 60, p. 01-22, 2019.
- CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA... [et al.]. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.
- CASTELAN, L. P. **As Conferências Nacionais do Esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 2010. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- CASTRO, J. A. **Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, s.d.
- MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. A.; MATIAS, W. B. **Financiamento do esporte e lazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018
- MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M.; FIGUERÔA, K. M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil: uma abordagem de pesquisa mista**. **Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 49-63, 2015.
- MEZZADRI, F. M. Políticas públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: Motta, A.; Terra, R (Org.). **Esporte, lazer e políticas públicas na Região dos Lagos**. Rio de Janeiro: iVentura, 2011.
- PINTOS, A. E.; MASCARENHAS, F.; ATHADE, P. F. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, v. 22, n. 3, 2019.
- REIS, R. E.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. As políticas públicas para o esporte paralímpico no Brasil: apontamentos gerais. **Corpoconsciência**, v. 21, n. 01, p. 58-69, 2017.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. 2011. Tese, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- VILELA, M. M. **Políticas públicas, o esporte como importante ferramenta de inclusão social: uma análise do incentivo de programas federais**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2020.

Sites:

www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/

BONS ESTUDOS!

